

Beira Interior Norte (cinco municípios) — Almeida, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Pinhel.  
Cova da Beira (dois municípios) — Belmonte e Covilhã.

#### Lisboa e Vale do Tejo

Oeste (dez municípios) — Alcoçaba, Bombarral Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.  
Grande Lisboa (sete municípios) — Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.  
Península de Setúbal (oito municípios) — Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal e Setúbal.  
Lezíria do Tejo (três municípios) — Azambuja, Benavente e Rio Maior.

### ANEXO B

#### Termo de responsabilidade

##### Entidade instaladora/montadora

A <sup>(1)</sup> . . . , com sede em . . . , detentora da credencial . . . , emitida por . . . , declara haver executado/alterado/ampliado <sup>(2)</sup> a rede de utilização de gás combustível em . . . , n.º . . . , . . . , para alimentar o(s) consumidor(es) . . . <sup>(3)</sup> o que foi efectuado em conformidade com a legislação, normas portuguesas e documentos técnicos vigentes, sob a responsabilidade do seu técnico de gás Sr. . . . , detentor da licença n.º . . . , emitida por . . .

Mais declara que foram realizados os ensaios de resistência mecânica e de estanquidade prescritos com resultados satisfatórios.

. . . . . de . . . de . . .

(a) . . . (com carimbo da empresa)

<sup>(1)</sup> Entidade instaladora/montadora.

<sup>(2)</sup> Riscar o que não interessa.

<sup>(3)</sup> Mencionar os consumidores abastecidos.

### ANEXO C

#### Termo de responsabilidade

##### Entidade distribuidora

. . . , <sup>(1)</sup> com sede em . . . , declara ter verificado que a instalação de utilização <sup>(2)</sup> de gases combustíveis implantada no imóvel . . . , sito em . . . , n.º . . . , cumpre, nas suas partes visíveis, com a legislação, normas portuguesas e documentos técnicos aplicáveis, que é estanque à pressão de serviço, que os dispositivos de manobra funcionam correctamente, pelo que considera a instalação apta a entrar em serviço.

. . . . . de . . . de . . .

(a) . . . <sup>(3)</sup> (com carimbo da empresa).

<sup>(1)</sup> A entidade abastecedora ou os seus agentes de distribuição.

<sup>(2)</sup> As alterações ou ampliações da instalação só podem ser realizadas em conformidade com a legislação aplicável.

<sup>(3)</sup> Projectista ou técnico de gás devidamente credenciado.

N. B. — A instalação de utilização de gás deve ser submetida a inspecções periódicas, de acordo com a legislação vigente (Decreto-Lei n.º 262/89, de 17 de Agosto).

### Decreto-Lei n.º 263/89

#### de 17 de Agosto

O Decreto-Lei n.º 262/89, de 17 de Agosto, que estabelece os princípios sobre a instalação de redes de utilização de gases combustíveis, prescreve que a instala-

ção e montagem de redes de gás deverão ser efectuadas por entidades especializadas reconhecidas pela Direcção-Geral de Energia.

Com efeito, trata-se de uma área de actividade que, devido à sua natureza, exige conhecimentos técnicos adequados para o seu exercício.

Torna-se, portanto, necessário conferir um suporte legal àquela actividade, por forma a garantir-se o seu desempenho em condições de elevada segurança e eficácia.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. 1 — É aprovado o Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras de Redes de Gás e definidos os grupos profissionais relativos à actividade da construção das instalações de redes de gás, que constitui o anexo I ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

2 — É aprovado o modelo de termo de responsabilidade constante do anexo II ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Maio de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Joaquim Fernando Nogueira* — *Luís Fernando Mira Amaral* — *Roberto Artur da Luz Carneiro* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 26 de Julho de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 3 de Agosto de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

### ANEXO I

**Estatuto das Entidades Instaladoras e Montadoras e definição dos grupos profissionais associados à indústria dos gases combustíveis.**

#### Artigo 1.º

##### Objectivos

O presente Estatuto destina-se a regular a actividade das entidades instaladoras e montadoras e define os grupos de profissionais associados à actividade da indústria dos gases combustíveis.

#### Artigo 2.º

##### Conceito

1 — Considera-se entidade instaladora a empresa que se encontre legalmente constituída e se dedique à instalação de redes de gás.

2 — Considera-se entidade montadora a empresa legalmente constituída que se dedique à montagem ou reparação de aparelhos de gás.

#### Artigo 3.º

##### Reconhecimento das entidades instaladoras e montadoras

As entidades instaladoras e montadoras só podem exercer a sua actividade desde que obedeçam aos seguintes requisitos:

- Estejam inscritas em cadastro próprio da Direcção-Geral de Energia;
- Possuam reconhecimento de entidade instaladora ou montadora.

**Artigo 4.º****Inscrição e reconhecimento das entidades instaladoras e montadoras**

Uma empresa interessada em inscrever-se na Direcção-Geral de Energia como entidade instaladora ou como entidade montadora deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Requerimento, assinado pelos gestores que obrigam a empresa, dirigido ao director-geral de Energia, solicitando a sua inscrição;
- b) Declaração, assinada pelos gestores que obrigam a empresa, nessa qualidade, e autenticada por notário, do compromisso de manutenção no seu quadro de pessoal técnico como o previsto na alínea f);
- c) Certidão do registo comercial de que constem os nomes dos gestores que a obrigam;
- d) Declaração escrita de que a empresa se compromete a respeitar as disposições legais relativas à actividade;
- e) Cópia autenticada da apólice do seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 5.º;
- f) Cópia autenticada da lista de pessoal técnico de que constem os nomes completos, datas da admissão e categorias profissionais;
- g) Termo de responsabilidade, segundo o anexo II, e currículo profissional do técnico responsável;
- h) Prova da existência no seu quadro de um técnico de gás qualificado.

**Artigo 5.º****Seguro de responsabilidade civil**

1 — A entidade instaladora ou montadora terá de celebrar obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil para cobrir danos materiais e corporais sofridos por terceiros resultantes das acções relativas à instalação das redes de gás e montagem de aparelhos.

2 — A garantia do seguro mencionado no número anterior terá um valor mínimo obrigatório, estabelecido até 31 de Janeiro de cada ano civil por portaria do Ministério da Indústria e Energia.

**Artigo 6.º****Grupos profissionais e conceito**

1 — São estabelecidos os seguintes grupos profissionais referentes ao exercício da actividade de instalação e montagem de redes de gás:

- a) Projectista;
- b) Técnico de gás;
- c) Instalador de redes de gás;
- d) Mecânico de aparelhos de gás;
- e) Soldador.

2 — O projectista deve projectar e calcular as redes de gás, em conformidade com as disposições regulamentares, e assumir a responsabilidade técnica da execução dos projectos.

3 — O técnico de gás deve assegurar, com rigor, o cumprimento do projecto, acompanhar e controlar a sua execução material, assim como verificar os materiais utilizados, de acordo com as normas regulamentares.

4 — Ao instalador de redes de gás compete executar as redes de gás, sob a orientação de um técnico de gás.

5 — Ao mecânico de aparelhos de gás compete executar as montagens e as reparações de aparelhos de gás.

6 — Ao soldador compete executar trabalhos de soldadura relativos à actividade das redes de gás.

**Artigo 7.º****Emissão de licenças e concessão de reconhecimento**

1 — O exercício das actividades dos diversos grupos profissionais referidos no artigo anterior fica condicionado à posse das respectivas licenças.

2 — Os cursos de formação para os grupos profissionais a que se refere o número anterior serão promovidos pela Direcção-Geral de Energia, a quem compete:

- a) Emitir licenças para os diversos grupos profissionais;
- b) Conceder reconhecimentos para as entidades instaladoras e montadoras.

3 — A Direcção-Geral de Energia pode delegar as competências referidas no número anterior em organismos reconhecidos nos termos do artigo 11.º

4 — As entidades reconhecidas devem enviar, mensalmente, à Direcção-Geral de Energia a listagem das licenças emitidas.

5 — O reconhecimento concedido será retirado pelo director-geral de Energia sempre que se verifique alguma das seguintes situações:

- a) Falta de capacidade para efectuar ou promover acções de formação;
- b) Falta de disponibilidade para ajustar os seus programas de formação, sempre que seja considerado de interesse;
- c) Falta de disponibilidade para ser examinado pela Direcção-Geral de Energia, sempre que esta o julgue conveniente, com o objectivo de verificar se os procedimentos utilizados permanecem compatíveis com o reconhecimento concedido.

6 — O reconhecimento será suspenso desde que se verifique o não cumprimento das condições em que o mesmo foi concedido, sendo então o organismo reconhecido informado, com a especificação das anomalias detectadas, e fixando-se-lhe um prazo para que sejam cumpridas as convenientes correcções.

7 — O reconhecimento será retirado se não forem cumpridas as correcções determinadas no prazo a que se refere o número anterior.

8 — O acto referido no número anterior produzirá os seus efeitos 30 dias após a sua notificação ao interessado.

9 — Dos actos praticados pelos organismos no exercício das suas competências cabe reclamação para o director-geral de Energia.

**Artigo 8.º****Requisitos para o exercício da actividade de projectista**

A autoridade para o exercício da especialidade de projectista depende de o candidato reunir os seguintes requisitos:

- a) Ser licenciado ou bacharel em Engenharia;
- b) Fazer parte dos departamentos de engenharia do gás das empresas distribuidoras há mais de seis meses.

**Artigo 9.º****Requisitos para o exercício da actividade de técnico de gás**

O candidato ao desempenho da actividade de técnico de gás deverá reunir os seguintes requisitos:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Possuir o curso geral das escolas secundárias ou equivalente;
- c) Ter frequentado, com aproveitamento, cursos de formação adequados à especialidade.

**Artigo 10.º****Requisitos para o exercício das actividades de instalador de redes de gás, mecânico de aparelhos de gás e soldador**

Os candidatos ao exercício das especialidades de instalador de redes de gás, mecânico de aparelhos de gás e de soldador devem reunir os seguintes requisitos:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Possuir a escolaridade básica obrigatória;
- c) Ter frequentado, com aproveitamento, cursos de formação adequados à especialidade.

**Artigo 11.º****Requisitos para o reconhecimento de organismos**

1 — Para efeitos da delegação de competência a que se refere o n.º 3 do artigo 7.º, só poderão ser reconhecidas entidades que, comprovando os perfis de formação escolar e profissional legalmente exigidos, sejam consideradas idóneas pela Direcção-Geral de Energia.

2 — O pedido de reconhecimento é dirigido ao director-geral de Energia e deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Prova de capacidade técnica e administrativa para a realização dos cursos de formação, com especificação das respectivas áreas;
- b) Organograma e exemplar dos procedimentos na actividade descrita na alínea anterior;
- c) Descrição pormenorizada dos seus programas de formação e meios técnicos a utilizar.

3 — As entidades reconhecidas deverão constituir processos completos dos formandos, conservando os mesmos durante um período nunca inferior a seis anos para eventuais consultas por parte da Direcção-Geral de Energia.

## Artigo 12.º

## Fiscalização

A competência para a fiscalização do cumprimento das disposições constantes do presente diploma cabe à Direcção-Geral de Energia e às delegações regionais do Ministério da Indústria e Energia.

## Artigo 13.º

## Contra-ordenações

1 — A violação das condições previstas nas alíneas a) e b) do artigo 3.º constitui contra-ordenação punível com coima até 1 500 000\$.

2 — Constitui contra-ordenação punível com coima até 3 000 000\$ a infracção ao preceituado no n.º 1 do artigo 5.º deste diploma.

3 — É punível com coima até 100 000\$ a infracção ao disposto no n.º 1 do artigo 7.º

4 — Contudo, se o agente for uma pessoa singular, os limites máximos das coimas previstas nos n.ºs 1 e 2 reduzir-se-ão para o montante de 200 000\$.

5 — A negligência é punível.

## Artigo 14.º

## Tramitação processual

1 — A iniciativa para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação compete às entidades a que, nos termos do artigo 12.º, fica cometida a fiscalização.

2 — A aplicação das coimas é da competência do director-geral de Energia e o produto das mesmas constitui 40% receita do Estado, sendo o remanescente repartido em partes iguais como receitas da Direcção-Geral de Energia e das delegações regionais do Ministério da Indústria e Energia.

## Artigo 15.º

## Sanções acessórias

1 — Os reconhecimentos concedidos serão suspensos ou retirados pelo director-geral de Energia caso se verifique o não cumprimento posterior das condições que originaram a sua atribuição.

2 — Verificado o disposto no número anterior, a entidade será informada da suspensão do reconhecimento, devidamente fundamentada, sendo-lhe concedido um prazo para proceder às necessárias acções correctivas.

3 — Decorrido o prazo a que se refere o n.º 2 e constatado, por auditoria, que a situação que originou a suspensão se mantém, será então o reconhecimento retirado.

## ANEXO II

Eu, abaixo assinado ... (nome), ... (categoria profissional), portador do bilhete de identidade n.º ..., passado pelo serviço do Arquivo de Identificação de ... em ..., com o número fiscal de contribuinte ..., domiciliado em ..., declaro assumir as funções de técnico responsável pela instalação das redes de gás e ou montagem de aparelhos ao serviço da empresa ...

No exercício da minha actividade de técnico responsável, comprometo-me a cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares aplicáveis.

Declaro também que esta minha responsabilidade durará enquanto eu estiver ao serviço da empresa supracitada.

... (data).

... (assinatura reconhecida).



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 216\$00**

